

Em Timor, é ainda a geração da resistência quem decide eleições



NUNO VEIGA/EPA



As personalidades que lutaram pela libertação timorense continuam a exercer grande influência sobre os partidos que disputam hoje as eleições legislativas. Mas a chave da mudança pode estar nos jovens que votam pela primeira vez

Legislativas João Ruela Ribeiro

Os timorenses chamam-lhe *Festa Demokrasia*, a festa da democracia, e o termo não podia ser mais apropriado quando se vêem os comícios das últimas semanas de campanha eleitoral. Milhares de pessoas com *T-shirts* coloridas, empunhando bandeiras, a dançarem ao som da música enquanto aguardavam pelo discurso dos líderes partidários, quase todos ex-guerrilheiros reverenciados pela jovem democracia. A independência de Timor-Leste foi há 15 anos, mas as eleições legislativas mostram que o país continua agarrado à época da resistência.

São mais de 20 os partidos que se apresentam às eleições deste sábado – um número extraordinário num país com 1,2 milhões de habitantes. Mas, na verdade, não são as suas ideias ou programas eleitorais que os definem, quando compara-

dos com as figuras que sobem aos palcos nos comícios. Cada partido tem o seu histórico. Os apoiantes da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) aguardavam pelo discurso de Mari Alkatiri, o secretário-geral e ex-combatente da guerrilha durante a ocupação indonésia; para os militantes do Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT), o antigo Presidente Xanana Gusmão era a personalidade mais esperada.

“A geração que esteve ligada à luta continua a dispor de um ascendente político muitíssimo grande”, diz ao PÚBLICO por telefone Rui Feijó, que foi investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mais do que os programas ou as propostas, é este património histórico que estará na mente da maioria dos 700 mil eleitores chamados às urnas. As eleições presidenciais de Março deram a vitória a Francisco Guterres “Lu Olo”, também ele um antigo guerrilheiro.

Há um forte consenso entre os principais partidos sobre o rumo que Timor-Leste deve seguir. Tem sido essa particularidade que tem permitido a emergência de grandes coligações governamentais. O executivo no poder, por exemplo, é composto por elementos das quatro forças políticas representadas no Parlamento.

Seguir os heróis

Rui Feijó, que também trabalhou como assessor de Xanana quando este foi Presidente, descreve o processo de voto dos timorenses: “São os irmãos mais velhos e a malta vai votando neles e espera que eles se entendam.” O especialista em política timorense diz que esta dependência dos partidos em relação a figuras históricas mostra que “o quadro partidário não está ainda consolidado”.

Pode parecer paradoxal a força destas figuras tutelares, que se notabilizaram durante as mais de três décadas de resistência contra a ocupação indonésia após a retirada portu-

guesa, em 1975, todas elas com mais de 60 ou 70 anos, num dos países mais jovens do mundo. “É uma sociedade que continua muito voltada para a celebração dos seus mártires, dos seus heróis, que venera os que ainda estão vivos, e a camada jovem é muito formada nesses princípios”, explica Feijó.

Apesar de não haver sondagens, é expectável que a Fretilin e o CNRT voltem a ser os partidos mais votados e reeditem a coligação governamental. Mas há factores de incerteza que podem complicar a paisagem política. Há uma elevada quantidade de eleitores que vota pela primeira vez – cerca de 20%. Com 17 anos, a idade legal para votar, não têm memória da ocupação. Um estudo recente indica que havia também um elevado número de indecisos (42%) a poucos dias das eleições. “Os eleitores jovens vão ajudar a decidir estas eleições, e a sua lealdade está ainda por definir”, concluem os autores de um artigo na revista *The Diplomat*.

O Partido de Libertação Popular, de Matan Ruak, centra-se nos temas, não nos heróis



ANTONIO DASILVA/REPA



O ex-Presidente Xanana Gusmão (à esquerda) num comício do CNRT, e Mari Alkatiri (à direita) durante a campanha da Fretilin

Feijó está interessado na *performance* de um novo partido, o Partido de Libertação Popular (PLP) fundado por outro ex-Presidente, Tatar Matan Ruak, muito crítico do actual Governo. “É a grande novidade e toda a gente está ansiosa por saber os resultados que irá conseguir”, diz o investigador. O partido juntou milhares de pessoas num comício nos arredores de Díli no último fim-de-semana e é visto como um provável beneficiário do voto de protesto.

Ao contrário dos seus principais adversários, o PLP não está ligado a qualquer das personalidades ilustres da resistência. O grande objectivo é trazer para o debate as políticas do quotidiano, como a economia, a educação ou o emprego, em detrimento da memória histórica, diz Feijó. “O peso do PLP será correspondente ao peso que essas preocupações venham a ter.”

E onde estão as novas gerações de políticos pós-resistência? O ex-asse- sor de Xanana diz que há já dez anos

“O quadro partidário não está ainda consolidado em Timor-Leste

Rui Feijó

Ex-assessor de Xanana Gusmão

que ouve falar de “iniciativas para formar essa nova geração”, como por exemplo a nomeação do actual primeiro-ministro Rui Maria Araújo. Mas esse processo parece estar estagnado, embora não seja por falta de bons quadros, esclarece Feijó. O problema, diz, é que não há sinais de que os “país” do regime queiram “passar a pasta”.

Na jovem democracia timorense, a política é feita de uma forma muito particular e a informalidade é ainda o modo de actuação. Um exemplo dado por Rui Feijó: “Em 2007, quando Ramos-Horta foi eleito Presidente, escolheu para chefe de gabinete o director da campanha adversária, que era seu amigo pessoal.”

Feijó não acredita que daqui a quatro anos a política timorense deixe de estar focada nos combatentes da resistência e no seu legado. “Gostaria que estivéssemos noutra fase, mas temo que estaremos na mesma.”

joao.ruela@publico.pt

O petróleo é a fonte de 90% das receitas – e está a secar

João Ruela Ribeiro

Em Timor-Leste, tudo parece estar ainda por fazer. Uma sondagem mostra que a principal preocupação para a população era a má condição das estradas. O Governo lançou vários mega-projectos de obras públicas, mas o seu financiamento tem apenas uma fonte – e está perto de secar.

A economia continua a girar em torno da exploração petrolífera, que corresponde a cerca de 90% das receitas do Orçamento do Estado. Mas esta é uma situação com prazo de validade. Desde o início da sua exploração, em 2005, as reservas de petróleo de Bayu-Undan renderam 16 mil milhões de dólares para o Fundo Petrolífero de Timor-Leste, mas o seu fim está próximo – as estimativas do *think-tank* timorense La’o Hamutuk apontam para que as reservas se esgotem em dez anos.

Um dos principais objectivos de Díli é renegociar um tratado de 2006 que delimita a fronteira marítima com a Austrália, segundo o qual metade das receitas obtidas na exploração do campo de gás natural e petróleo *Sunrise* são divididas por igual entre os dois países. O Governo timorense diz que essa divisão é injusta e não respeita a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (UNCLOS, na sigla inglesa) e em Setembro do ano passado apresentou uma queixa contra a Austrália junto do Tribunal Arbitral Permanente, sediado na Haia.

Mas mais do que intensificar a exploração de recursos fósseis, a estratégia de Timor-Leste deveria privilegiar a diversificação económica, segundo a generalidade dos observadores. “Se durante os próximos anos Timor-Leste continuar a depender apenas de uma fonte – o Fundo Petrolífero – para pagar aos funcionários públicos, subsidiar os veteranos, fornecer serviços sociais e financiar megaprojectos, o actual processo de desenvolvimento pode tornar-se insustentável”, escrevem os investigadores Guteriano Neves

e Khooy Ying Hooi, num artigo na revista *The Diplomat*.

Rui Feijó, que foi investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dá o exemplo do sector agrícola, e em concreto da exportação de café, que “ainda não chegou aos níveis da época colonial”, como uma forma alternativa de obter rendimentos. Apesar de ser uma sociedade altamente rural, o desenvolvimento dos últimos anos parece ter ficado confinado a Díli, escrevem os autores do artigo na *Diplomat*. “A situação despertou um sentimento de marginalização pelas elites locais”, concluem.

O Governo lançou um programa para o desenvolvimento de Zonas Especiais de Economia Social de Mercado em Oecússi (um enclave na me-

10
anos é quanto tempo vão durar as reservas de petróleo que, desde 2005, renderam 16 mil milhões de dólares

tade ocidental da ilha) e em Suai (no Sul). Feijó diz que os resultados eleitorais de hoje nestas regiões poderão servir para avaliar a aprovação popular desta estratégia. O desemprego entre os mais jovens (15%) é outra das preocupações, obrigando muitos timorenses a procurarem outros países, como a Austrália ou a Coreia do Sul, para conseguirem trabalho.

Apesar de sofrer de muitos dos problemas que atingem os países em desenvolvimento, a história recente de Timor-Leste também tem repercussões na economia actual. Rui Feijó conta que, por exemplo, o orçamento reservado para pagar pensões aos 40 mil veteranos da resistência é “superior aos orçamentos da saúde ou da educação”. “É uma estratégia de atirar dinheiro para cima das pessoas para conquistar a paz, mas é muito insustentável”, observa o ex-assessor presidencial de Xanana Gusmão.